

ANALISTA DE GESTÃO – JULGAMENTO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A questão discursiva deverá ser redigida com o máximo de **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Leia o texto a seguir, atribuído ao filósofo moral Antoine de Rivarol (1753-1801):

“Não ter feito nada certamente é uma grande vantagem, mas não se deve abusar”. Os jovens abusam: a tal ponto que, quando ficarem velhos, verão que não fizeram nada. E não apenas individualmente.

Com base na estrutura discursiva e no conteúdo semântico do texto, assinale a opção que apresenta a interpretação mais adequada.

- (A) O primeiro período do texto é explicitado no restante.
- (B) Segundo o texto, os jovens contrariam o conselho da frase inicial.
- (C) As aspas no início do texto marcam um texto construído com ironia.
- (D) O último período do texto engloba as famílias dos jovens na crítica feita.
- (E) A afirmação de ser uma vantagem nada ter feito, como se pode ver pela continuidade do texto, é uma ironia.

2

Leia as expressões idiomáticas a seguir e assinale a opção que apresenta uma voz passiva.

- (A) Fazer o que dizemos e não o que fazemos.
- (B) Nunca faça hoje o que pode deixar para amanhã.
- (C) Quando um tolo faz algo de que se envergonha, diz sempre que é seu dever.
- (D) É melhor arrepender-se por ter feito alguma coisa do que por não ter feito nada.
- (E) O primeiro sinal de sabedoria é não iniciar nada; o segundo sinal de sabedoria é terminar o que se iniciou.

3

Leia as considerações do escritor britânico Samuel Butler (1835-1902) a respeito do ato criador.

Toda obra de um homem, seja em literatura, música, pintura, arquitetura ou em qualquer outra coisa, é sempre um auto-retrato; e quanto mais ele tenta esconder-se, mais seu caráter se revelará, contra sua vontade.

CLIFFORD, D. Samuel Butler (1835-1902). The Victorian Web

Com base no texto, assinale a opção correta em relação à sua significação ou estruturação.

- (A) Toda obra artística é, segundo o texto, uma projeção intencional do próprio autor.
- (B) No segmento “ou em qualquer outra coisa”, a palavra “coisa” substitui uma arte ou uma ciência, segundo o texto.
- (C) A palavra “auto-retrato” está grafada erradamente, devendo ser substituída por “autorretrato”.
- (D) A expressão “Toda obra” deve ser substituída corretamente por “Toda a obra”.
- (E) Os possessivos “seu” e “sua” mostram como referente o substantivo “obra”.

4

Leia os textos a seguir.

- I. Nonato chegou à sua casa, tirou os sapatos e o chapéu, estirou-se no sofá e começou a ler o jornal.
- II. Eu, meu amigo, nunca me defendo; ataco. Não quero escudo que me atrapalhe e me incomode; quero apenas a espada.
- III. A morte é o último médico das doenças.

Considerando os modos de organização discursiva, a classificação adequada dos três textos, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) descritivo / descritivo / argumentativo.
- (B) narrativo / narrativo / descritivo.
- (C) argumentativo / argumentativo / argumentativo.
- (D) narrativo / argumentativo / descritivo.
- (E) descritivo / narrativo / descritivo.

5

Considere a frase atribuída ao dramaturgo George Bernard Shaw (1856-1950): “Um homem é tão mais respeitável quanto mais numerosas são as coisas das quais se envergonha.”

Nessa frase, o termo “das quais” está ligado ao verbo “envergonhar-se” e, por isso, está empregado corretamente.

O mesmo tipo de regência adequada ocorre na frase:

- (A) Tenho pudor em confessar de que não tenho nada a confessar.
- (B) É muito mais fácil arrepender-se dos pecados que cometemos do que daqueles que pretendemos cometer.
- (C) Se fiz alguma coisa boa em toda a minha vida, sobre ela me arrependo do fundo do coração.
- (D) Nosso arrependimento não é tanto um remorso do mal que cometemos, mas um temor daquilo de que nos pode acontecer.
- (E) Os pecados que cometemos nos perseguem por toda a vida.

6

Leia o trecho a seguir, atribuído a Santo Agostinho.

E os homens se vão a contemplar os topos das montanhas, as vastas ondas do mar, as amplas correntes dos rios, a imensidão do oceano, o curso dos astros, e não pensam em si mesmos.

Nessa frase, o autor mostra:

- (A) o tempo perdido com o autoconhecimento.
- (B) a dificuldade de uma pessoa autoconhecer-se.
- (C) a necessidade do autoconhecimento.
- (D) a perda de tempo em alguém autoconhecer-se.
- (E) a beleza da contemplação da natureza.

7

No aforismo socrático “Conhece-te a ti mesmo”, a variação estrutural de pessoa que está corretamente realizada, é:

- (A) conheçamos-nos a nós mesmos.
- (B) conhecem-se a si mesmos.
- (C) conheçam-se a si mesmo.
- (D) conheçai-vos a vós mesmos.
- (E) conheçam-se a vocês mesmos.

8

Na construção de um texto, às vezes, um de seus termos equivale a outro, igualmente correto.

A opção a seguir em que a forma indicada após a frase também se mostra adequada em relação ao texto, é:

- (A) Aprende com os outros a experiência que te pode ser útil/aprenda.
- (B) Esse mundo é o grande atelier de um escultor. Somos as estátuas, e corre por aqui um intenso rumor de que alguns de nós um dia vamos ganhar vida / vão.
- (C) Não façamos aos outros o que não gostaríamos que fizessem a nós / gostariam.
- (D) É sobretudo na solidão que se sente a vantagem de viver com alguém que saiba pensar / soube.
- (E) Os sonhos são verdadeiros enquanto duram, e não vivemos nos sonhos? / vamos viver.

9

A frase em que a forma sublinhada deveria ser substituída pela que aparece entre parênteses, é:

- (A) Os que mais morrem são os que não tem onde cair mortos. (aonde)
- (B) O maior delito que você comete é o suicídio, porque é o único que não permite arrependimento. (por que)
- (C) Fale para um homem sobre si mesmo e ele ouvirá durante horas. (sob)
- (D) A infelicidade não é um mau necessário. (mal)
- (E) A ciência não será jamais o culto senão de uma pequena parcela da humanidade. (se não)

10

A frase a seguir que mostra uma visão positiva dos sonhos, é:

- (A) Sem dúvida o sonho é para o espírito o que o sono é para o corpo.
- (B) Na noite falaz os sonhos temerários divertem-se conosco.
- (C) Tive-te como um sonho lisonjeiro, no sono um rei, mas, ao acordar, nada de especial.
- (D) Os sonhos humanos são imensamente menores do que o oferecido pela realidade.
- (E) Toda a vida é um sonho, e os sonhos nada mais são do que sonhos.

Raciocínio Lógico-Matemático

11

Considere a sequência numérica a seguir, da qual dois termos foram omitidos.

0	1	1	2	3			13
---	---	---	---	---	--	--	----

Dados os primeiros termos, 0 e 1, cada um dos termos seguintes é igual à soma dos dois termos anteriores, segundo a fórmula

$$F(n) = F(n - 1) + F(n - 2).$$

Os números que preenchem corretamente os dois espaços em branco são, respectivamente,

- (A) 5 e 7.
- (B) 4 e 9.
- (C) 5 e 8.
- (D) 6 e 7.
- (E) 4 e 8.

12

A contraposição é uma relação de equivalência lógica entre duas proposições condicionais. Isso significa que, embora tenham formas distintas, implicam o mesmo.

Dada a sentença “se você falou comigo, então eu respondi a você”, a sua contrapositiva é:

- (A) “se eu respondi a você, então você não falou comigo.”
- (B) “se eu respondi a você, então você falou comigo.”
- (C) “se você falou comigo, então eu não respondi a você.”
- (D) “se você não falou comigo, então eu não respondi a você.”
- (E) “se eu não respondi a você, então você não falou comigo.”

13

Na chamada *falácia da ladeira escorregadia*, rejeita-se uma ideia, alegando, sem fundamentação suficiente, que sua adoção desencadearia uma sequência inevitável de eventos que culminaria em um desfecho extremo e indesejável.

Assinale a opção que apresenta um caso da falácia da ladeira escorregadia.

- (A) Diversos especialistas renomados demonstraram preocupação com a nova política educacional, tornando evidente que ela comprometerá a qualidade do ensino.
- (B) Desde que começamos a usar o software novo, o desempenho caiu, então está claro que ele está exercendo efeito negativo sobre o trabalho.
- (C) Pessoas que adotaram pequenas mudanças nos hábitos alimentares relataram melhoria no bem-estar, o que sugere que ajustes simples podem produzir efeitos positivos.
- (D) Se deixarmos de exigir pontualidade estrita nas reuniões de equipe, logo cada um fará seus próprios horários e o trabalho em grupo deixará de funcionar totalmente.
- (E) A popularidade crescente do jejum intermitente entre atletas de elite confirma que essa estratégia é eficaz para o controle de peso e ganho de desempenho.

14

Analise os argumentos a seguir.

- I. Se o responsável aprovou a ordem de pagamento, então a transferência é enviada. A transferência não foi enviada; logo, o responsável não aprovou a ordem.
- II. Se o analista concluir o balanço, o Tribunal recebe o demonstrativo. Se ele finalizar o relatório, a secretaria libera recursos. Como ele fará pelo menos uma dessas tarefas, ocorrerá pelo menos um dos resultados.
- III. Ou o agente entregou o plano ou ele revisou a matriz. Ele não entregou o plano; logo, conclui-se que ele não revisou a matriz.

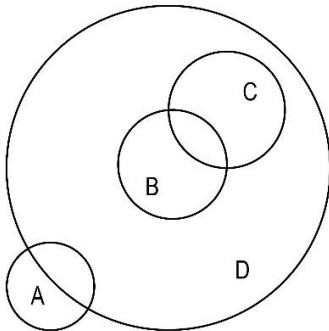
Os argumentos válidos são:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

15

Considere a imagem a seguir, em que cada conjunto é representado por um círculo e designado por uma letra.

Em seguida, assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.



- () Todo B é D e todo C é D, mas nenhum B é C.
- () Há pelo menos um A que também é D.
- () Nem todo D é também B, C ou A.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

16

Considere o argumento a seguir.

P1: *Toda capivara é verde.*

P2: *Ártemis é uma capivara.*

Conclusão: *Ártemis é verde.*

Segundo a lógica formal, é correto afirmar que este argumento é:

- (A) válido.
- (B) contraditório.
- (C) causal.
- (D) verdadeiro.
- (E) inválido.

Noções de Administração Pública e de Gestão

17

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 37, os princípios que regem a Administração Pública direta e indireta, de todos os Poderes e entes da Federação. Esses princípios orientam a atuação dos agentes públicos e a prestação dos serviços à sociedade.

A esse respeito, assinale a opção que apresenta somente princípios expressos no caput do art. 37 da CF/88.

- (A) Autonomia, impessoalidade, transparência, legalidade e economicidade.
- (B) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) Imparcialidade, eficiência, autonomia, publicidade e razoabilidade.
- (D) Publicidade, equidade, impessoalidade, controle e eficiência.
- (E) Legalidade, economicidade, cidadania, transparência e impessoalidade.

18

A partir da década de 1990, o Brasil adotou reformas inspiradas no modelo da Nova Gestão Pública (*New Public Management – NPM*). Entretanto, a aplicação dos princípios gerencialistas enfrentou obstáculos no contexto brasileiro.

Com base nessas transformações e desafios, é correto afirmar que:

- (A) a gestão patrimonialista é caracterizada pela separação clara entre o público e o privado e pelo foco em resultados mensuráveis.
- (B) a burocracia tradicional foi substituída com sucesso pelo modelo gerencial, eliminando os entraves formais e fortalecendo a autonomia dos gestores públicos.
- (C) a implementação da NPM foi marcada pela persistência de práticas burocráticas formais, que se adaptaram ao novo modelo sem romper com estruturas centralizadoras.
- (D) o modelo gerencial brasileiro reduziu o controle sobre os servidores públicos, substituindo o princípio da legalidade pela lógica exclusiva de metas e contratos de gestão.
- (E) as reformas gerenciais foram eficazes em eliminar o clientelismo, promovendo maior participação popular e equidade no acesso aos serviços públicos.

19

A gestão por resultados busca aprimorar o desempenho da administração pública por meio do planejamento, do monitoramento e da avaliação de políticas. Uma agenda de estruturação desse modelo inclui diversos elementos que devem ser considerados na formulação e execução das políticas públicas.

Com base nessa concepção, assinale a opção que apresenta corretamente um dos elementos fundamentais para a estruturação da gestão por resultados.

- (A) A descentralização decisória e a flexibilização de recursos devem ser acompanhadas de mecanismos de responsabilização dos gestores.
- (B) O foco exclusivo em processos e rotinas operacionais é suficiente para avaliar o sucesso das ações governamentais.
- (C) A gestão por resultados requer um orçamento fixo e rígido, com baixa sensibilidade às metas e ao desempenho institucional.
- (D) O planejamento governamental deve estar desvinculado da formulação de políticas públicas para garantir maior autonomia setorial.
- (E) A gestão por resultados prescinde do uso de indicadores, pois a efetividade das políticas pode ser verificada apenas por meio da avaliação qualitativa dos gestores.

20

A governança pública está diretamente associada à capacidade do Estado de produzir resultados com legitimidade, integridade e efetividade. Nesse contexto, os princípios de *accountability* e transparência são fundamentais para garantir que os gestores públicos atuem de forma responsável perante a sociedade.

Com base nesse entendimento, é correto afirmar que:

- (A) a governança pública se realiza quando há controle interno forte, mesmo que sem mecanismos de responsabilização dos gestores;
- (B) a *accountability* dispensa a prestação de contas quando os recursos são geridos por empresas públicas com autonomia administrativa;
- (C) a transparência institucional está desvinculada da governança pública, sendo uma obrigação apenas das instituições financeiras estatais.
- (D) a transparência garante a *accountability* ao permitir que qualquer informação governamental seja divulgada sem critérios legais ou técnicos.
- (E) a prestação de contas envolve responsabilidade fiscal, gerencial e programática, exigindo que gestores informem seus atos a quem os investiu de autoridade.

21

O discurso do governo aberto associa a ampliação da transparência pública à promoção da participação cidadã e ao controle social. No entanto, a literatura crítica adverte que essa relação não é automática.

Considerando os pré-requisitos para efetivar um governo aberto, é correto afirmar que:

- (A) a abertura de dados públicos garante a responsabilização democrática mesmo que os canais de deliberação coletiva sejam inexistentes.
- (B) a participação cidadã, quando promovida por meios digitais, elimina a necessidade de mediação institucional para o exercício da *accountability*.
- (C) o governo aberto prescinde da *accountability* formal, pois privilegia formas horizontais e espontâneas de interação entre cidadãos e Estado.
- (D) a efetividade do controle social depende da articulação entre transparência, participação e responsabilização estruturada institucionalmente.
- (E) a disponibilização de informações governamentais é suficiente para garantir o controle social, desde que os dados sejam acessíveis digitalmente.

Noções de Tecnologia da Informação e de Inteligência Artificial

22

Um analista necessita armazenar, em nuvens de computadores, grandes volumes de diferentes tipos de dados processados pelo TCE-PE. Ele sabe que o armazenamento em nuvens oferece flexibilidade e escalabilidade, e que a classificação mais comum dos tipos de armazenamento se baseia na forma como os dados são organizados e acessados.

Os três tipos principais de armazenamento em nuvem são:

- (A) objetos, arquivos e blocos.
- (B) arquivos, diretórios e *links*.
- (C) cadeias de blocos, *hashes* e índices.
- (D) objetos, diretórios e cadeias de caracteres.
- (E) estruturado, não estruturados e semiestruturado.

23

Considere que um agente mal-intencionado usa um *ransomware* para criptografar os dados dos usuários de uma organização, impedindo o acesso a arquivos, bancos de dados e aplicativos. Em seguida, é exigido o pagamento de um resgate para a liberação do acesso.

Sabe-se que a organização foi, de fato, atacada, que houve negligência por parte do gestor de segurança, e que o *ransomware* apresentará uma mensagem de sequestro na tela ou adicionará um arquivo de texto (mensagem) nas pastas afetadas.

Com base no caso relatado, analise as afirmativas a seguir sobre formas de proteção contra ataques do tipo *ransomware*.

- I. Fazer *backup* dos dados de modo regular e manter pelo menos um *backup* completo *off-line*.
- II. Manter todos os *softwares*, incluindo os sistemas operacionais, atualizados e com *patches* de segurança.
- III. Combinar boas práticas como monitoramento, *softwares antimalware*, treinamento e conscientização dos usuários.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

24

A respeito da gestão de arquivos eletrônicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A gestão de documentos digitais segue os mesmos princípios da gestão de documentos físicos, devendo assegurar o gerenciamento integrado de todos os documentos da instituição, independentemente do formato ou do suporte em que estejam registrados.
- II. O gerenciamento de arquivos digitais deve incluir, eventualmente, a verificação dos dados armazenados e implementar trilhas de auditoria apenas nos sistemas informatizados críticos.
- III. Nos documentos confidenciais, diferentemente dos demais, deve haver aplicação do carimbo digital de tempo, bem como de marcas d'água digitais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

25

Quanto aos cuidados essenciais para proteger suas contas na internet, assinale a opção que indica a estratégia correta.

- (A) Autorizar sempre requisições recebidas por e-mails para autorização de login, provenientes de pessoas da família ou da empresa em que trabalha, mesmo se você não estiver tentando acessar sua conta.
- (B) Gerar códigos de *backup* (reserva) para serem usados somente no caso de possível perda do seu celular ou quando houver solicitação de envio pelo sistema de mensageria.
- (C) Reutilizar senhas iguais no menor número de locais possíveis, digitando de forma que pessoas não as consigam visualizar, evitando assim que sejam descobertas por *hackers*.
- (D) Ativar a verificação em duas etapas, pois ela adiciona uma segunda camada de proteção no acesso às suas contas.
- (E) Utilizar senhas longas, com diferentes caracteres, empregando sequências de teclado e informações pessoais, para facilitar sua memorização.

26

Com relação à detecção de anomalias, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () A detecção de valor discrepante corresponde à identificação de uma observação, evento ou ponto de dados que representa um espaço vetorial multidimensional convexo e fixo, tornando-o inconsistente em relação ao resto do conjunto de dados.
- () O aprendizado de máquina e a inteligência artificial são empregados para identificar automaticamente alterações inesperadas no comportamento normal de um conjunto de dados.
- () As anomalias costumam ser raras e as características do comportamento normal podem ser complexas e dinâmicas, o que torna a detecção desafiadora.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) F – V – F.

Legislação

27

Antônio, presidente da autarquia *Alfa*, parte da administração pública indireta do Estado *Sigma*, recebeu requerimento de acesso a dados pessoais, concernente aos servidores desse ente, formulado por instituto de pesquisa acadêmica. O objetivo declarado era o de realizar o georreferenciamento das informações afetas a esses servidores, para fins exclusivamente acadêmicos, de modo a identificar as regiões em que residiam, o tempo de deslocamento para a sede da autarquia e a sua correlação, ou não, com a frequência de patologias psicossomáticas, considerando as licenças médicas deferidas no âmbito de *Alfa*. No requerimento, foi realçada a possibilidade de anonimização dos dados a serem fornecidos.

Antônio, ao apreciar o requerimento formulado na perspectiva da Lei nº 13.709/2018, decidiu corretamente que:

- (A) a anonimização pretendida, ao permitir a coisificação do ser humano, é expressamente vedada.
- (B) o consentimento do titular é essencial à utilização dos seus dados nas situações descritas no referido diploma legal.
- (C) a anonimização de dados é uma forma de tratamento que exige a aquiescência do titular, ressalvada dispensa prévia e expressa.
- (D) as disposições do referido diploma legal não são aplicáveis à situação descrita, que é regida apenas pela Lei de Acesso à Informação.
- (E) como se almeja a adoção de técnica que afasta a possibilidade de associação, direta ou indireta, do dado ao indivíduo, o requerimento pode ser atendido.

28

Maria celebrou contrato de longo prazo com Antônio, solteiro e servidor público municipal, que deixou de honrar as prestações a que estava obrigado, argumentando, de um lado, um suposto descompasso entre a correção monetária e os juros das prestações, e, do outro, a estagnação de sua renda. Ao se deparar com essa linha argumentativa e buscando se antecipar às discussões que travaria em juízo, Maria requereu à Secretaria Municipal junto à qual Antônio está lotado que expedisse certidão detalhando os valores remuneratórios e indenizatórios recebidos mensalmente por ele.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de informação de acesso público, Maria deve receber a certidão almejada.
- (B) por se tratar de interesse puramente patrimonial de Maria, o acesso à informação deve ser negado.
- (C) Antônio deve ser instado a apresentar o seu consentimento pessoal para o fornecimento da certidão.
- (D) as informações almejadas são sigilosas, dependendo de autorização judicial para o seu fornecimento.
- (E) como a informação deve estar disponível ao público, deve ser esclarecido a Maria o local em que pode ser obtida, sem o fornecimento da certidão.

29

Foi identificado que, no âmbito de uma fundação pública integrante da administração pública indireta do Estado de Pernambuco, Maria, servidora dessa estrutura orgânica, era constantemente designada para exercício de funções triviais, embora exercesse regularmente funções técnicas e especializadas. Isso, ao ver de Maria, configuraria assédio moral.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei Estadual nº 13.314/2007, é correto afirmar que:

- (A) Maria foi vítima de assédio moral, expressamente tipificado na norma de regência, o qual deve ser punido de acordo com a legislação aplicável aos servidores públicos civis ou as leis trabalhistas, conforme o caso.
- (B) a normatização indicada é especificamente direcionada à administração pública direta, devendo ser perquirido o seu enquadramento, ou não, no regulamento afeto aos entes da administração pública indireta.
- (C) o assédio moral deve ser avaliado em uma perspectiva objetiva, independente do elemento subjetivo do superior hierárquico, ainda que, como no caso concreto, a conduta não esteja tipificada na norma de regência.
- (D) apesar de o referido obrar não estar expressamente previsto na norma de regência, o assédio moral pode ser configurado caso seja demonstrado o dolo específico do superior hierárquico em causar dano à autoestima de Maria.
- (E) a situação descrita na narrativa, ainda que tenha desagradado a Maria, não consubstancia assédio moral, mas critério de organização dos recursos humanos disponíveis, o que pode ser alterado pelo mais alto escalão da fundação.

30

O Município *Alfa*, após processo licitatório, celebrou contrato administrativo de obra pública com a sociedade empresária *Sigma*, visando à construção de um anel rodoviário no entorno do centro da cidade. Ao analisar a execução do contrato, técnicos do Tribunal de Contas do Estado *Beta* (TCEB) identificaram uma possível dissonância entre alguns materiais utilizados e aqueles que foram contratados, conforme listagem constante de memorial descritivo integrado a um dos anexos do ajuste celebrado.

À luz desse quadro, o TCEB, em sessão, debateu a possibilidade, ou não, de ser determinada a suspensão cautelar dos pagamentos afetos ao referido aspecto do contrato administrativo, de modo a preservar o patrimônio público, tendo concluído corretamente, na perspectiva constitucional, que:

- (A) a suspensão dos pagamentos pode ser realizada pelo TCEB, não guardando correlação com a suspensão do contrato, de competência da Assembleia Legislativa.
- (B) a suspensão dos pagamentos, por acarretar a suspensão indireta do contrato, somente pode ser determinada pelo TCEB se houver omissão da Assembleia Legislativa.
- (C) a suspensão dos pagamentos acarreta a suspensão indireta do contrato, de competência privativa da Assembleia Legislativa, logo, não pode ser realizada pelo TCEB.
- (D) o TCEB fiscaliza todo o ciclo da despesa pública, principiando pela licitação, avançando para o contrato e culminando com os pagamentos realizados, podendo suspender quaisquer deles.
- (E) a suspensão do pagamento pelo TCEB é possível, pois instrumentaliza a competência da Assembleia Legislativa para suspender, ou não, o contrato, devendo ser ratificada por este órgão.

Conhecimentos Específicos (Julgamento) Controle Externo e Legislação do TCE-PE

31

Em um processo de tomada de contas especial, o TCE-PE identificou graves violações às normas financeiras e orçamentárias que resultaram em danos ao erário no montante de R\$ 800 mil. Em razão desses fatos, o Tribunal julgou as contas irregulares, imputou débito e aplicou aos responsáveis a sanção de multa proporcional ao dano apurado.

Considerando os fatos narrados na situação hipotética, analise as afirmativas a seguir em relação à natureza e eficácia das decisões do TCE-PE.

- I. A decisão por imputação de débito tem natureza de título executivo extrajudicial.
- II. A decisão por irregularidade das contas, ainda que fundamentada em conduta culposa que tipifique atos de improbidade administrativa, resultará na suspensão dos direitos políticos dos responsáveis.
- III. A execução do débito, na hipótese de não recolhimento, somente será possível após devido processo judicial de conhecimento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

32

Em razão de atos ilegítimos e antieconômicos praticados pelo Secretário de Saúde do Município *Beta*, localizado no território do Estado *Alfa*, o Tribunal de Contas desse Estado lhe imputou débito e aplicou multa proporcional ao dano apurado.

Nessa hipótese, os valores do débito e da multa, caso não sejam recolhidos pelo referido Secretário, podem ser executados pelo(a):

- (A) Procuradoria Geral do Estado *Alfa*.
- (B) Ministério Público do Estado *Alfa*.
- (C) Tribunal de Contas do Estado *Alfa*.
- (D) Município *Beta*, por intermédio de sua Procuradoria.
- (E) Câmara de Vereadores do Município *Beta*.

33

O contraditório e a ampla defesa são direitos fundamentais previstos no texto constitucional, devendo ser observados nos processos judiciais e administrativos.

Em relação ao contraditório e à ampla defesa nos processos de competência do TCE-PE, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Relator não está obrigado a responder ou rebater explicitamente todos os argumentos das partes, mas, sim, a analisar e decidir as questões propostas na causa de pedir e nos pedidos.
- II. Ainda que já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, o Relator se obriga a analisar explicitamente todos os fundamentos indicados pelas partes, nas defesas e recursos.
- III. As provas que a parte quiser produzir perante o Tribunal devem sempre ser apresentadas de forma documental, inclusive as declarações pessoais de terceiros.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

34

Com base nas modalidades de fiscalização previstas no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), relacione os tipos de fiscalização indicados a seguir à descrição das respectivas finalidades.

1. Inspeção
 2. Acompanhamento
 3. Levantamento
- () Tem por objetivo identificar objetos e instrumentos de fiscalização e avaliar a viabilidade da sua realização.
- () Destina-se a suprir omissões, esclarecer dúvidas apurar o objeto de denúncias ou representações.
- () Visa examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.

A associação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 3 – 3 – 1.
- (C) 3 – 3 – 2.
- (D) 1 – 2 – 3.
- (E) 3 – 1 – 3.

Direito Constitucional

35

Após um pacto das forças políticas dominantes no país *Sigma*, foi convocada Assembleia Nacional Constituinte, cujos membros foram eleitos pelo sufrágio direto e universal. Foi utilizado, como base das discussões realizadas, anteprojeto elaborado por uma comissão de notáveis. O texto aprovado, com pequeno quantitativo de artigos, apresentava total compatibilidade com a base de valores do ambiente sociopolítico, e preservava instituições e procedimentos ali consagrados, sendo observado em todos os seus termos. No âmbito de seus comandos, há um nítido direcionamento político e ideológico para a implementação dos direitos fundamentais de segunda dimensão.

A Constituição do país *Sigma* deve ser classificada como:

- (A) pactuada e nominal.
- (B) sintética e semântica.
- (C) dogmática e dirigente.
- (D) normativa e garantista.
- (E) histórica e compromissória.

36

Em um processo administrativo em tramitação no Tribunal do Contas do Estado *Sigma*, o gestor, ao apresentar seus argumentos em relação aos atos praticados, sustentou que a interpretação dos comandos constitucionais que oferecem normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata deve ser norteada por uma atividade argumentativa em que o intérprete, entre os significados possíveis e compatíveis com o texto, atribui aquele que mais se ajuste às peculiaridades do caso concreto.

Ao analisar os argumentos, o Tribunal observou corretamente que:

- (A) o gestor pretende se arvorar no exercício de atividade próprio do Poder Constituinte, não propriamente interpretar o texto constitucional, o que não pode ser admitido.
- (B) a necessidade de se preservar a unidade da ordem constitucional veda que cada intérprete exerça uma atividade valorativa no delineamento da norma constitucional.
- (C) a dicotomia sujeito cognoscente - objeto cognoscido não é adotada na interpretação constitucional, pois pode se distanciar dos objetivos almejados pelo Poder Constituinte com a estruturação do comando normativo.
- (D) na medida em que não há correspondência biunívoca entre texto e norma, alterações do âmbito da norma e nas vicissitudes constitucionais podem acarretar alterações informais no sentido da norma constitucional.
- (E) a resolução das conflitualidades intrínsecas que se apresentam no curso do processo de interpretação deve buscar a construção da solução mais justa para o caso concreto, ainda que se distancie de referenciais semióticos.

37

João, Maria e Antônio travaram intenso debate a respeito da funcionalidade e da possibilidade de expansão dos direitos fundamentais. João defendeu que direitos dessa natureza, em razão de sua imbricação com a dignidade da pessoa humana, dão ensejo ao surgimento de posições jurídicas definitivas. Maria, por sua vez, sustentou que as restrições ao potencial expansivo dos direitos fundamentais configuram limites iminentes, assumindo caráter interno, não externo. Por fim, Antônio afirmou que colisões entre direitos fundamentais somente são argumentativamente defensáveis caso sejam adotados os alicerces da teoria externa.

Considerando o atual estágio de compreensão dos direitos fundamentais na realidade brasileira, é correto afirmar, em relação às afirmações de João, Maria e Antônio, que:

- (A) todas estão certas.
- (B) somente a de João está certa.
- (C) somente a de Maria está certa.
- (D) somente a de Antônio está certa.
- (E) somente as de João e Antônio estão certas.

38

Em razão da mora do órgão competente na edição de norma regulamentadora de prerrogativa de estatura constitucional afeta à nacionalidade, Maria decidiu impetrar mandado de injunção perante o órgão jurisdicional competente. Posteriormente ao trânsito em julgado do acórdão, Joana, que se encontrava em situação fático-jurídica idêntica à de Maria, decidiu solicitar a extensão a ela dos efeitos do que fora decidido.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela legislação de regência, em relação à solicitação de Joana, é correto afirmar que:

- (A) pode ser atendida, caso o relator avalie que o caso é análogo ao de Maria.
- (B) somente pode ser atendida caso Maria tenha impetrado mandado de injunção coletivo e Joana pertença ao mesmo grupo, classe ou categoria.
- (C) não pode ser atendida, pois os limites subjetivos da coisa julgada impedem que os seus efeitos sejam estendidos após o seu aperfeiçoamento.
- (D) pode ser atendida, desde que ela tenha impetrado o mandado de injunção em momento anterior à prolação do acórdão favorável a Maria e o seu caso seja análogo.
- (E) não pode ser atendida, uma vez que, após a estabilização subjetiva da demanda, com o aperfeiçoamento da relação processual, é vedada a formação de litisconsórcio passivo.

39

O Tribunal de Contas do Estado *Delta* (TCED) apreciou as contas de governo correspondentes aos quatro últimos exercícios financeiros, anualmente apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo desse ente federativo, agente que se encontrava no exercício do segundo mandato eletivo. Nessas apreciações, constatou que, desde a assunção do mandato por esse agente, as estruturas do Poder Executivo vinham sistematicamente atrasando o pagamento da dívida líquida com exigibilidade inferior a doze meses. Essa conduta causava constantes contratemplos com fornecedores, gerando, em alguns momentos, embaraços para a continuidade de funções públicas e serviços públicos. As análises realizadas pelo TCED foram avaliadas pelos meios de comunicação social, que questionaram os órgãos competentes sobre a possibilidade de ser decretada a intervenção federal em *Delta*.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que, na situação descrita:

- (A) não é cabível a decretação da intervenção.
- (B) trata-se de hipótese de intervenção espontânea.
- (C) é cabível a intervenção provocada, competindo ao Congresso Nacional a análise do decreto interventivo *a posteriori*.
- (D) embora seja cabível, a intervenção não pode ser decretada caso seja demonstrada a ocorrência de motivo de força maior.
- (E) a decretação da intervenção pressupõe o provimento de ação direta interventiva, de iniciativa privativa do Procurador-Geral da República.

40

O projeto de lei orçamentária anual encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* pelo Chefe do Poder Executivo contém três comandos que geraram grande debate entre os partidos políticos de oposição, os quais sustentaram a sua inconstitucionalidade.

Esses comandos consistem na previsão de:

- I. criação de uma Secretaria Estadual de Transparência e Fiscalização, destinada a incrementar a ideologia participativa e a responsabilidade fiscal na gestão orçamentária;
- II. autorização para a contratação de operação de crédito; e
- III. autorização para abertura de créditos destinados a reforçar dotações orçamentárias já contempladas.

Em relação à conformidade constitucional desses três comandos, é correto afirmar que:

- (A) todos são inconstitucionais.
- (B) somente o comando I é inconstitucional.
- (C) somente o comando II é inconstitucional.
- (D) somente os comandos I e III são inconstitucionais.
- (E) somente os comandos II e III são inconstitucionais.

41

Com o objetivo de preservar o equilíbrio da dívida pública, de modo a evitar o seu crescimento exagerado, com o correlato comprometimento do equilíbrio intergeracional, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MPX), instituindo normas de caráter nacional. Para assegurar a sustentabilidade da dívida, foram especificadas medidas de ajuste, suspensões e vedações. Ao ser encaminhada ao Congresso Nacional, a MPX foi inicialmente submetida à Câmara dos Deputados e posteriormente ao Senado Federal, que aprovaram um projeto de lei de conversão, sendo encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para sanção e promulgação, daí resultando a publicação da Lei Federal nº Y (LFY).

Ao cotejarmos essa narrativa com a Constituição da República, é correto afirmar que:

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação ao objeto da MPX.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação ao caráter nacional da MPX, não se restringindo à União.
- (D) apresenta irregularidade em relação à tramitação da MPX, ao principiar pela análise da Câmara dos Deputados.
- (E) apresenta irregularidade em relação à apresentação de projeto de lei de conversão durante a tramitação da MPX, ao invés de emendas parlamentares.

42

Irresignado com o teor de provimento cautelar proferido pelo relator no âmbito do Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA), João, ordenador de despesas no âmbito de uma autarquia estadual, decidiu impetrar mandado de segurança perante o pleno do Tribunal de Justiça desse ente federativo (TJEA), órgão competente para processar e julgar o feito originariamente, em razão de previsão expressa da Constituição Estadual. Para surpresa de João, a ordem foi denegada, em acórdão que, ao seu ver, era manifestamente contrário à Constituição da República.

Na situação descrita, é correto afirmar que:

- (A) é cabível o ajuizamento de reclamação, considerando a usurpação, pelo TJEA, de competência própria do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) a competência do TJEA está em harmonia com a Constituição da República e é cabível a interposição de recurso ordinário, observados os demais requisitos exigidos.
- (C) a competência do TJEA está em harmonia com a Constituição da República e é cabível a interposição de recurso extraordinário, observados os demais requisitos exigidos.
- (D) o comando da Constituição Estadual, que reconhece a competência originária do TJEA, é inconstitucional, pois a matéria deveria ser tratada na lei de organização e divisão judiciária, de iniciativa privativa do Tribunal.
- (E) o comando da Constituição Estadual, que reconhece a competência originária do TJEA, é inconstitucional, por criar hipótese de foro por prerrogativa de função sem correspondência na Constituição da República.

Direito Administrativo

43

João é parte de processo administrativo que tramita no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco. Registre-se que, em determinado momento, João se dirigiu à autoridade administrativa competente, apresentando-lhe documentos e provas para instruir a relação processual.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 11.781/2000, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O administrado poderá, até antes da decisão do objeto do processo administrativo, apresentar documentos e provas que tenham correspondência ao direito dele, devolvendo-se à Administração Pública a verificação delas para os efeitos legais pretendidos.
- () Estando o processo administrativo em fase de homologação processual, não se permitirá apresentação de novas provas, inclusive se da decisão resultar exoneração ou despedimento do administrado.
- () É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documento, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

44

Caio impetrou mandado de segurança junto à 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital/PE. No mesmo dia, mas em contexto fático distinto, Caio ingressou, originariamente, com mandado de segurança no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Registre-se, contudo, que as petições iniciais foram indeferidas, respectivamente, pelo juiz de primeiro grau e pelo relator do mandado de segurança distribuído originariamente em segunda instância.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.016/2009, caberá, em face do indeferimento da petição inicial pelo juiz de primeiro grau, o recurso de:

- (A) agravo de instrumento. Por outro lado, do indeferimento da petição inicial pelo relator do mandado de segurança distribuído originariamente em segunda instância, caberá agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça.
- (B) agravo de instrumento. Por outro lado, do indeferimento da petição inicial pelo relator do mandado de segurança distribuído originariamente em segunda instância, caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre.
- (C) apelação. Por outro lado, do indeferimento da petição inicial pelo relator do mandado de segurança distribuído originariamente em segunda instância, caberá agravo em recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.
- (D) apelação. Por outro lado, do indeferimento da petição inicial pelo relator do mandado de segurança distribuído originariamente em segunda instância, caberá agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça.
- (E) apelação. Por outro lado, do indeferimento da petição inicial pelo relator do mandado de segurança distribuído originariamente em segunda instância, caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre.

45

Após tomar posse no cargo de analista de gestão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Maria participou de uma palestra sobre os contornos da Lei de Improbidade Administrativa. Durante o encontro, a palestrante trabalhou com a temática afeta à multiplicidade de ações de improbidade administrativa propostas em face de um único acusado, pelo mesmo fato.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, não se aplica, na ação de improbidade administrativa, o ajuizamento de mais de uma ação de improbidade administrativa pelo mesmo fato, competindo ao:

- (A) Conselho Nacional do Ministério Público dirimir conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos.
- (B) Ministério Público Federal dirimir conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos.
- (C) Ministério Público da União dirimir conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos.
- (D) Conselho Nacional de Justiça dirimir conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos.
- (E) Superior Tribunal de Justiça dirimir conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos.

46

A sociedade de economia mista *Beta*, integrante da Administração Indireta do Estado de Pernambuco, pretende deflagrar processo licitatório visando à celebração de contrato destinado à execução de obras e serviços de engenharia, em observância às formalidades constitucionais e legais.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, analise os regimes a seguir.

- I. Contratação integrada, nos casos em que o contratante necessite receber o empreendimento, normalmente de alta complexidade, em condição de operação imediata.
- II. Contratação semi-integrada, quando for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias.
- III. Empreitada integral, quando a obra ou o serviço de engenharia for de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto licitado ou puder ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão, dentre outros, o(s) regime(s) elencado(s) em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

47

Após a observância das formalidades legais, João, servidor público do Estado de Pernambuco, aposentou-se, com a edição de ato administrativo, precedido das manifestações da entidade administrativa e do Tribunal de Contas estadual.

Por sua vez, Matheus viajou para Buenos Aires/Argentina, após a edição, pela autoridade competente, de ato administrativo que lhe concedeu férias.

Nesse cenário, considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a:

- (A) aposentadoria de João se materializou por meio de um ato administrativo complexo. Por sua vez, as férias de Matheus foram concedidas mediante um ato administrativo composto.
- (B) aposentadoria de João se materializou por meio de um ato administrativo composto. Por sua vez, as férias de Matheus foram concedidas mediante um ato administrativo simples.
- (C) aposentadoria de João se materializou por meio de um ato administrativo complexo. Por sua vez, as férias de Matheus foram concedidas mediante um ato administrativo simples.
- (D) aposentadoria de João e as férias de Matheus foram concedidas mediante atos administrativos compostos.
- (E) aposentadoria de João e as férias de Matheus foram concedidas mediante atos administrativos simples.

48

Nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, as situações elencadas a seguir constituem motivos para extinção do contrato, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para egressos do sistema prisional ou para adolescentes em conflito com a lei, na qualidade de aprendiz.
- (B) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto.
- (C) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.
- (D) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.
- (E) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.

49

João, Prefeito do Município *Alfa*, buscou informações junto a assessores diretos sobre a possibilidade de intervenção na concessão do serviço público de saneamento básico. Em assim sendo, o agente político foi informado de que o poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () A intervenção far-se-á por lei autorizativa específica, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- () Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- () Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – V – V.

50

Os Municípios *Alfa*, *Beta*, *Charlie* e *Delta*, no âmbito do Estado de Pernambuco, pretendem contratar consórcio público para a realização de objetivos de interesse comum. E, como é cediço, o contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.107/2005, analise as afirmativas a seguir.

- I. O contrato de consórcio público, caso assim preveja cláusula, pode ser celebrado por apenas uma parcela dos entes da Federação que subscreveram o protocolo de intenções.
- II. A ratificação pode ser realizada com reserva que, aceita pelos demais entes subscritores, implicará consorciamento parcial ou condicional.
- III. Exige-se a ratificação legal do protocolo de intenções, ainda que o ente da Federação, *a priori*, tenha disciplinado por lei a sua participação no consórcio público.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

51

Matheus, servidor público, compareceu à sede do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, com o objetivo de participar de uma reunião com o corpo de auditores de controle externo da entidade. Encerrado o encontro, Matheus se dirigia à porta da repartição pública, ocasião em que foi atingido por João, agente público que, atrasado para uma audiência, caminhava aceleradamente e de forma imprudente, pelos estreitos corredores do local. Em razão dos eventos, Matheus escorregou e caiu ao solo, fraturando o braço esquerdo.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Constituição Federal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, analise as afirmativas a seguir.

- I. À luz da teoria do risco integral, a responsabilidade civil do Estado, em razão da conduta praticada por João, é objetiva.
- II. Em se tratando de responsabilidade civil objetiva, não é cabível ao Estado de Pernambuco alegar eventuais excludentes do nexo de causalidade, como fato exclusivo de terceiro, caso fortuito ou força maior.
- III. Assegura-se ao Estado de Pernambuco, em caso de condenação, o direito de regresso contra João, que agiu com culpa, ao caminhar aceleradamente e de forma imprudente, pelos estreitos corredores do local.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

O Estado de Pernambuco, em observância às formalidades constitucionais e legais, celebrou contrato administrativo, mediante inexigibilidade de licitação, sem realizar, por conseguinte, prévio processo licitatório.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação para a:

- (A) contratação que tenha por objeto bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- (B) contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de um ano, quando se verificar que naquela licitação as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.
- (C) aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (D) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
- (E) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalação e de localização tornem necessária sua escolha.

Direito Civil

53

João Henrique, empresário do setor educacional e fundador de uma rede de cursos preparatórios, ajuizou ação de indenização por danos morais contra a *Editora Ponto e Vírgula Ltda.* e dois jornalistas, em razão da publicação de matéria investigativa intitulada “Os bastidores do Ensino Lucrativo”, veiculada na revista semanal “Atualidades”. A reportagem, além de relatar supostas irregularidades administrativas em sua empresa, utilizou expressões como “até os pombos da praça sabem das manobras do João para escapar das regras”, insinuando que ele agia para contornar obrigações legais e fiscais.

Diante do fato e sentindo-se lesado, João Henrique procurou assessoria jurídica especializada para a reparação de eventuais danos sofridos.

Com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilização civil por publicações jornalísticas está fundada nos arts. 186 e 953 do Código Civil, e pode ocorrer sempre que a crítica pública ultrapassar os limites da liberdade de expressão e atingir a honra ou imagem da pessoa.
- (B) A publicação jornalística que contém juízo de valor ou crítica ácida está protegida pelo art. 187 do Código Civil e não configura ato ilícito, mesmo que cause abalo à reputação de terceiros.
- (C) O dever de indenizar, nos termos do art. 927 do Código Civil, pressupõe a prática de ato ilícito nos moldes do art. 186, e, no caso de publicações jornalísticas, exige prova de falsidade objetiva da informação veiculada.
- (D) O dano moral na hipótese narrada, de acordo com o Código Civil, somente é reparável se houver prejuízo econômico, nos termos do art. 953, parágrafo único, o que afasta a indenização quando há apenas abalo subjetivo.
- (E) A liberdade de crítica jornalística constitui exercício regular de direito, excluindo a ilicitude, nos termos do art. 188 do Código Civil, salvo se houver prova de intenção deliberada de causar dano.

54

Em janeiro de 2025, enfrentando dificuldades financeiras, *Alpha Ltda.* cedeu ao *Fundo Gamma de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)* o crédito que detinha contra a empresa *Delta S.A.*, no valor de R\$ 2.500.000,00, decorrente de contrato de fornecimento de equipamentos firmado em 2023. A cessão foi formalizada por instrumento particular, sem a anuência prévia de *Delta S.A.*, mas devidamente notificada à devedora.

Ao ser notificada, *Delta S.A.* recusou-se a reconhecer a cessão, alegando que não havia anuído ao negócio entre *Alpha Ltda.* e o FIDC e que, em termo aditivo ao contrato principal, foi pactuada cláusula proibitiva de cessão sem consentimento. Além disso, *Delta S.A.* afirmou que tinha créditos próprios contra *Alpha Ltda.*, vencidos desde novembro de 2024, no valor de R\$ 1.000.000,00, oriundos de contrato diverso, pretendendo realizar a compensação entre os créditos. O FIDC ajuizou ação contra *Delta S.A.*, buscando o recebimento integral do crédito cedido, sem abatimento.

Considerando apenas as informações indicadas, à luz do Código Civil e do entendimento consolidado do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cessão de crédito não produz efeitos contra *Delta S.A.*, pois exige anuência prévia do devedor, sendo ineficaz mesmo se notificada.
- (B) A cláusula contratual proibitiva de cessão impede a transferência do crédito, tornando a cessão ineficaz perante *Delta S.A.*, ainda que tenha sido notificada.
- (C) A cessão é plenamente eficaz contra *Delta S.A.* após a notificação, e a existência de créditos próprios da devedora contra *Alpha Ltda.* não autoriza compensação, pois a cessão transfere o crédito livre de exceções pessoais.
- (D) A cessão é eficaz após a notificação à devedora, mas *Delta S.A.* poderá opor contra o cessionário as exceções que tinha contra o cedente antes da ciência da cessão, incluindo a compensação com créditos vencidos.
- (E) A cessão depende de autorização judicial prévia quando envolve créditos empresariais, sob pena de nulidade absoluta.

55

Carolina concedeu a seu irmão, Rafael, uma procuração ampla para administrar os bens herdados em condomínio após o falecimento dos pais, incluindo poderes expressos para alienação, estipulação de preço, condições e prazos.

Meses depois, surgiram desavenças familiares em razão de desentendimentos financeiros. Antes de Carolina revogar a procuração, Rafael, ainda investido na qualidade de mandatário, celebrou contrato de compra e venda envolvendo os imóveis do condomínio (terrenos e salas comerciais) com a sociedade empresarial R&L Participações S.A., da qual ele era sócio majoritário (95% das quotas) e administrador exclusivo.

O contrato foi firmado por instrumento particular com efeito de escritura pública, tendo Rafael assinado simultaneamente como representante da vendedora (Carolina) e como representante legal da compradora (R&L Participações S.A.). O preço foi fixado abaixo do valor de mercado, com pagamento parcelado em 12 anos.

Ao tomar ciência do negócio, Carolina ajuizou ação buscando a anulação do contrato, alegando autocontrato não autorizado e conflito de interesses lesivo ao patrimônio familiar.

Com base na situação hipotética narrada e na legislação vigente, assinale a opção correta.

- (A) Como R&L Participações S.A. possui personalidade jurídica própria, não há configuração de autocontrato ou conflito de interesses, tornando a demanda de Carolina juridicamente infundada.
- (B) O contrato é válido, porque Rafael possuía poderes amplos de administração e alienação, incluindo implicitamente autorização para celebrar negócios consigo mesmo ou com empresa sob seu controle.
- (C) O contrato é nulo de pleno direito, pois Rafael figurou como comprador e vendedor, além de ter pactuado condições muito desvantajosas para sua irmã.
- (D) A existência de preço inferior ao de mercado e a atuação de Rafael, representando ambas as partes do negócio não constitui hipótese de anulabilidade do contrato, pois o negócio só poderia ser desfeito se comprovado dolo ou má-fé na fixação do valor.
- (E) O contrato celebrado por Rafael é anulável, já que ele praticou autocontrato sem autorização expressa de Carolina, sendo irrelevante a existência ou não de prejuízo patrimonial efetivo.

56

A empresa *Beta Ltda.*, fornecedora de equipamentos médicos, firmou contrato de fornecimento com o Hospital Vida, prevendo entrega mensal de insumos essenciais para o funcionamento das UTIs, com cláusula expressa de exclusividade, vigência de 12 meses e previsão de multa de 20% do valor do contrato em caso de rescisão imotivada.

Após 8 meses de execução regular, *Beta Ltda.*, insatisfeita com seus lucros, notificou o hospital, exigindo aumento unilateral dos preços, sob pena de interromper as entregas. O hospital recusou, alegando a inexistência de cláusula de reajuste e a essencialidade dos insumos. *Beta Ltda.* suspendeu imediatamente os fornecimentos, deixando o hospital sem materiais essenciais, o que comprometeu atendimentos e gerou óbitos na UTI.

O hospital ajuizou ação indenizatória por danos materiais e morais coletivos, alegando abuso do direito contratual e responsabilização civil pelos prejuízos causados. *Beta Ltda.* defendeu-se dizendo que apenas exerceu seu direito potestativo de rescindir o contrato.

Com base na situação hipotética narrada, na legislação aplicável e na jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) O exercício do direito potestativo de rescisão contratual é sempre legítimo e não gera responsabilidade civil, mesmo quando prejudica gravemente a parte contrária.
- (B) O exercício do direito potestativo de rescisão contratual encontra limites na boa-fé objetiva e na função social do contrato; quando exercido de forma abusiva e com prejuízo relevante, gera responsabilidade civil.
- (C) A função social do contrato e a boa-fé objetiva vinculam apenas a fase de execução contratual, não sendo aplicáveis ao momento da rescisão.
- (D) Para haver responsabilidade civil por abuso do direito contratual, é indispensável a demonstração de dolo específico em causar dano à parte contrária.
- (E) O contrato, por ser sinalagmático, autorizava qualquer das partes a romper o vínculo sem necessidade de indenizar, desde que respeitada a previsão de multa contratual.

57

Paulo, empresário do setor de eventos, enviou a Maria uma proposta escrita para locação de um salão de festas para um evento em 20 de dezembro, fixando preço e condições, sem estabelecer prazo para resposta. Maria, ao receber a proposta, decidiu aceitar, mas antes de responder, Paulo enviou nova comunicação revogando a proposta.

No entanto, Maria alegou já ter organizado detalhes do evento confiando na proposta recebida, inclusive contratado fornecedores, e ajuizou ação contra Paulo pedindo perdas e danos. Paulo, por sua vez, defende-se dizendo que a proposta não o vinculava, pois foi feita sem prazo e revogada antes de ser aceita. Com base na situação hipotética narrada e na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A simples recepção da proposta, independentemente de aceitação, já torna o contrato perfeito entre ausentes.
- (B) Mesmo sem prazo fixado, a proposta escrita obriga o proponente por prazo razoável, não podendo ser revogada antes de a outra parte se manifestar.
- (C) Como a proposta foi feita sem prazo e Maria não a aceitou de forma imediata, Paulo pôde revogá-la antes da aceitação.
- (D) A proposta feita sem prazo a ausente obriga o proponente até a chegada da aceitação, qualquer que seja o tempo decorrido.
- (E) O contrato, mesmo sem resposta expressa, reputa-se concluído pois o simples silêncio da parte destinatária implica em aceitação.

58

Em 2013, Ana celebrou contrato de promessa de compra e venda de um apartamento na planta, no valor de R\$ 500.000,00, com entrega prevista para dezembro de 2015. O contrato previa cláusula penal moratória de 0,3% ao mês, calculada exclusivamente sobre os valores pagos até então.

O imóvel foi entregue com quase 3 anos de atraso. Ana ajuizou ação pleiteando: (i) indenização por lucros cessantes, correspondente ao valor de mercado do aluguel na região (estimado em 0,8% do valor total do imóvel); (ii) danos morais pelo transtorno causado.

A incorporadora alegou que a cláusula penal pactuada seria suficiente para cobrir todos os prejuízos e que a legislação veda qualquer indenização suplementar.

Com base no Código Civil e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ana tem direito à indenização por lucros cessantes, pois a multa prevista no contrato é desproporcional ao valor locativo usual (0,5% a 1% sobre o valor total do bem), atraindo o princípio da reparação integral (art. 944 do CC).
- (B) A cláusula penal sempre afasta a pretensão a lucros cessantes, independentemente do percentual fixado ou de equivalência ao valor locativo.
- (C) Ana deveria obrigatoriamente ter pedido a cláusula penal contratual para só então pleitear lucros cessantes, pois sem pedido cumulativo, não há indenização.
- (D) A cláusula penal, por ser moratória, tem natureza exclusivamente punitiva e não indenizatória, razão pela qual não admite revisão judicial.
- (E) Os lucros cessantes, mesmo em atraso significativo, dependem de prova concreta do aluguel que Ana deixou de auferir, sendo vedada a presunção do valor locativo.

Direito Processual Civil

59

O dever de fundamentação das decisões judiciais é importante mecanismo de controle da atividade jurisdicional no Estado Democrático de Direito. Com efeito, o conhecimento das razões do convencimento do órgão julgador é fundamental para a verificação de sua concretude e veracidade.

A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) É pacífica na jurisprudência a nulidade da denominada fundamentação *per relationem*, na qual o julgador acolhe o fundamento do Ministério Público como razão de decidir.
- (B) O dever de fundamentação das decisões se aplica somente às sentenças e aos acórdãos, não sendo exigido em relação às decisões interlocutórias.
- (C) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.
- (D) Nos casos que tramitam em segredo de justiça, é dispensada a fundamentação das decisões, de modo a preservar a intimidade e a privacidade das partes ou o interesse público.
- (E) Em nome do princípio da eficiência, a fundamentação das decisões poderá ser dispensada nos processos que tramitam perante tribunais.

60

João, Secretário de Saúde do Município *Alfa*, situado no Estado de Pernambuco, teve suas contas julgadas irregulares, com condenação em débito e multa, em tomada de contas especial instaurada em razão da aquisição de medicamentos com preço acima dos praticados no mercado.

Inconformado com a deliberação, a qual se deu por maioria, vencido o relator, João deseja interpor o recurso correspondente, visando a obter a reforma da decisão.

Frise-se que a deliberação não contém omissão, obscuridade, contradição ou erro material.

Em tal caso, é correto afirmar que João deverá:

- (A) interpor recurso ordinário, que deverá ser dirigido ao Presidente do Tribunal.
- (B) interpor agravo, facultada igual iniciativa ao Ministério Público de Contas.
- (C) interpor recurso ordinário, que poderá ser distribuído ao relator do processo para que também relate o recurso.
- (D) interpor embargos de declaração, os quais deverão necessariamente ser distribuídos ao relator do processo.
- (E) ofertar pedido de rescisão, o qual é de sua legitimidade privativa, com efeito suspensivo automático.

61

O mandado de segurança é espécie de ação constitucional, destinada à proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão por ato de autoridade pública ou particular investido em função pública.

Sobre o mandado de segurança, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, bem como a Lei nº 12.016/2009, é correto afirmar que:

- (A) praticado o ato por autoridade no exercício de competência delegada, o mandado de segurança ou a medida judicial são cabíveis em face do delegante.
- (B) o Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas no qual atua.
- (C) controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança.
- (D) é constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.
- (E) decisão denegatória de mandado de segurança, não fazendo coisa julgada contra o impetrante, impede o uso da ação própria.

62

Regina propôs ação de procedimento comum em face do Estado de Pernambuco, na qual pleiteou a concessão de tutela provisória de urgência incidental para sustar os efeitos de ato de inscrição em dívida ativa estadual.

O Magistrado, ao analisar a petição inicial, entendeu assistir razão a Regina, porém considerou necessário condicionar a concessão da tutela à prestação de caução por parte de Regina, no percentual de 10% (dez por cento) do débito cuja exigibilidade se busca suspender.

Tomando o caso acima como premissa, é correto afirmar que:

- (A) a concessão da tutela provisória de urgência deverá ser obrigatoriamente precedida de contraditório do Estado de Pernambuco, vedada a concessão liminar.
- (B) Regina deverá recolher custas para a obtenção da tutela provisória de urgência.
- (C) a tutela provisória de urgência conservará sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- (D) ainda que haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, o Magistrado poderá conceder a tutela provisória de urgência vindicada por Regina.
- (E) ao entender pela necessidade de caução por parte de Regina como condicionamento à concessão da tutela provisória de urgência, o Magistrado agiu equivocadamente, por ser vedada tal providência.

63

Assinale a opção que indica os princípios expressamente previstos na Lei de Processo Administrativo do Estado de Pernambuco como de obediência obrigatória pela Administração Pública estadual.

- (A) Finalidade e eficiência.
- (B) Adequação e moralidade.
- (C) Motivação e razoabilidade.
- (D) Confiança legítima e ampla defesa.
- (E) Contraditório e adequação.

64

Carolina, servidora pública estadual aposentada, ajuizou ação em face do Estado de Pernambuco, requerendo a condenação do ente público a implementar em seu contracheque a verba denominada “auxílio-alimentação”, paga em prol dos servidores ativos com base na Lei nº X/2022, e que visa a indenizar o servidor pelo dispêndio financeiro com alimentação nos dias efetivamente trabalhados.

Sabendo-se que a pretensão de Carolina encontra óbice em súmula vinculante, bem como que não há necessidade de produção de outras provas além daquelas que já instruem a peça exordial, ao realizar o juízo positivo de admissibilidade da petição inicial, o juiz deverá:

- (A) indeferir a petição inicial, em razão da falta de interesse processual, podendo Carolina interpor recurso de apelação em tal hipótese, facultada a retratação do juiz no prazo de 10 (dez) dias.
- (B) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da petição inicial, determinando a intimação do Estado de Pernambuco para ciência da demanda e, após, julgar o pedido improcedente.
- (C) determinar a citação do Estado de Pernambuco e, caso esse não manifeste oposição em sede de contestação, julgar o pedido liminarmente improcedente.
- (D) julgar liminarmente improcedente o pedido, dispensada fase instrutória e a citação do Estado de Pernambuco para ofertar contestação.
- (E) mandar citar o Estado de Pernambuco para, querendo, ofertar contestação e, não havendo requerimento de produção de provas pelo ente público, julgar o pedido improcedente.

65

Thiago, servidor público civil aposentado, ajuizou ação indenizatória em face do Estado *Beta* e do Instituto de Previdência do Estado *Beta* (IPEBE), e de Baltazar, Presidente do Instituto, requerendo a condenação dos réus, solidariamente, ao pagamento de indenização a título de danos morais e materiais em razão da demora na concessão de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Ao realizar o juízo de admissibilidade da petição inicial, o juiz determinou a exclusão de Baltazar do polo passivo da demanda, mandando citar o Estado *Beta* e o IPEBE.

Em tal hipótese, sabendo-se que o ato judicial não possui obscuridade, contradição, omissão ou erro material, o recurso cabível para Thiago impugnar a decisão que determinou a exclusão de Baltazar, obtendo sua reforma, é apresentar:

- (A) oferecimento de preliminar em sede de recurso de apelação ou contrarrazões, em razão de ser uma decisão interlocutória que não comporta impugnação em apartado.
- (B) recurso de apelação, eis que a decisão que excluiu Thiago possui natureza jurídica de sentença.
- (C) agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória prevista em rol legal.
- (D) embargos de declaração, por ser esse o recurso cabível em face de decisões interlocutórias com vistas a obter a reforma da decisão.
- (E) agravo interno, cabendo a Thiago impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do agravo.

66

A competência é rotineiramente conceituada como a medida da jurisdição, a despeito de algumas críticas doutrinárias sobre tal conceito. Em verdade, pode-se dizer que a competência trata das regras de distribuição do exercício da função jurisdicional por juízes e tribunais.

A respeito da competência no Código de Processo Civil, pode-se afirmar corretamente que:

- (A) é competente o foro de domicílio da capital para as causas em que seja autor Estado.
- (B) quando o réu residir fora do Brasil, a ação será proposta no foro do Distrito Federal.
- (C) o foro do domicílio do autor é competente para as ações em que for ré pessoa jurídica.
- (D) o foro de domicílio do inventariante é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade.
- (E) a ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

67

A ação civil pública é a ação coletiva por excelência. Criada pela Lei nº 7.347/1985, recebeu alterações pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e legislação extravagante posterior, além de ser reiteradamente analisada pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal em casos que chegam para seu exame.

Tomando a jurisprudência das referidas cortes como premissa, sobre a ação civil pública, é correto afirmar que:

- (A) na execução individual de sentença coletiva contra a Fazenda Pública, quando já iniciada a execução coletiva, o prazo quinquenal para a propositura do título individual interrompe-se com a propositura da execução coletiva, voltando a correr, após essa data, por inteiro.
- (B) a dispensa do adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, prevista pelo art. 18 da Lei nº 7.345/1985, dirige-se apenas ao autor da ação civil pública.
- (C) em razão do princípio da sucumbência, é cabível a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público nos autos de ação civil pública, independentemente se comprovada má-fé.
- (D) exige-se do Ministério Público o adiantamento dos honorários periciais em ações civis públicas, vedada a atribuição de tal encargo para a Fazenda Pública a qual se acha vinculado o Parquet.
- (E) a abrangência nacional expressamente declarada na sentença coletiva pode ser alterada na fase de execução, sem que se possa falar em ofensa à coisa julgada.

68

Glauco, conduzindo imprudentemente seu automóvel, vem a colidir contra o carro de Regina. Essa, em razão da gravidade do sinistro, sofreu lesões corporais graves, bem como a perda total de seu veículo.

Por tal razão, Regina ajuizou ação indenizatória em face de Glauco, pleiteando indenização a título de danos morais, materiais e estéticos.

Glauco, ao ser citado, entendeu necessário integrar ao processo a seguradora Ande Tranquilo, contratada para fornecer cobertura securitária em favor de seu carro, para que, na eventualidade da procedência dos pedidos formulados, a Ande Tranquilo pague a indenização devida para Regina, nos termos e limites da apólice de seguro.

Em tal hipótese, Glauco deverá:

- (A) requerer o chamamento ao processo da Ande Tranquilo até o encerramento da fase instrutória do processo.
- (B) pugnar ao juiz pela nomeação da Ande Tranquilo como sua assistente simples a qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (C) pleitear a instauração de incidente de desconideração da personalidade jurídica, para que a obrigação de indenizar seja estendida à Ande Tranquilo.
- (D) pedir a denunciação da lide da Ande Tranquilo em sede de contestação, sob pena de preclusão.
- (E) aguardar a procedência do pedido e, em sede de cumprimento de sentença, pedir a denunciação da lide em desfavor da Ande Tranquilo.

Direito Financeiro

69

Considere a seguinte situação hipotética: o Congresso Nacional reconheceu formalmente a ocorrência de estado de calamidade pública de âmbito nacional, diante de uma série de eventos climáticos extremos que causaram destruição de infraestrutura em diversas regiões do país. O reconhecimento possibilitou a adoção de regime fiscal extraordinário pelo Governo Federal, que passou a autorizar abertura de créditos extraordinários por decreto, contratações emergenciais e execução orçamentária com flexibilização das normas de responsabilidade fiscal. A vigência do estado de calamidade pública foi encerrada oficialmente em 31 de dezembro de 2024.

Contudo, em abril de 2025, o Ministério da Infraestrutura manteve a execução de despesas sem cobertura orçamentária regular, argumentando que os efeitos da calamidade ainda persistiam, e que, portanto, a flexibilização das normas poderia continuar a ser aplicada. O Tribunal de Contas da União foi instado a se manifestar sobre a legalidade dessas ações tomadas pelo Ministério da Infraestrutura.

À luz do ordenamento jurídico vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os efeitos do regime fiscal extraordinário podem perdurar enquanto os impactos da calamidade forem constatáveis, ainda que já encerrada formalmente sua vigência.
- (B) O Poder Executivo pode prorrogar os efeitos do regime fiscal excepcional mediante decreto, desde que demonstre a necessidade de continuidade da atuação emergencial.
- (C) A manutenção da execução de despesas excepcionais após o término do reconhecimento do estado de calamidade pública depende de autorização legislativa específica.
- (D) A Constituição admite créditos extraordinários apenas quando houver previsão expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou no Plano Plurianual, ainda que haja situação emergencial.
- (E) O regime fiscal extraordinário é aplicável a todos os entes federativos, mas somente a União pode mantê-lo em vigor mesmo após o encerramento do estado de calamidade pública.

70

Durante a análise das contas anuais do Município X, o Tribunal de Contas identificou que diversas despesas executadas ao longo do exercício de 2023 não constavam da lei orçamentária anual aprovada, tampouco de quaisquer créditos adicionais. Além disso, observou-se a existência de um orçamento paralelo instituído por meio de um decreto do Executivo municipal, que organizava recursos vinculados a operações de crédito internacionais. Por fim, algumas dotações apresentavam classificações genéricas, como “outras despesas diversas”, sem qualquer detalhamento.

Considerando os princípios orçamentários clássicos, assinale a afirmativa correta:

- (A) O princípio da universalidade foi atendido, pois todas as receitas e despesas constavam de algum documento orçamentário, ainda que apartado da LOA.
- (B) O princípio da anualidade não foi violado, pois todas as despesas ocorreram no exercício de 2023.
- (C) O princípio da unidade foi desrespeitado, uma vez que foi elaborado orçamento paralelo à LOA, o que afronta a exigência de um único orçamento para o exercício financeiro.
- (D) O uso da rubrica genérica “outras despesas diversas” atende ao princípio da especificidade, desde que os valores sejam inferiores a 5% da despesa total da unidade orçamentária.
- (E) A ausência de autorização legislativa específica para despesas extraordinárias não compromete o princípio da universalidade, desde que haja posterior registro contábil.

71

O Município *Alfa*, ao elaborar sua proposta orçamentária para o exercício de 2026, enfrentou dificuldades de coordenação entre os órgãos de planejamento e as secretarias setoriais. Em razão disso, o Poder Executivo local enviou ao Legislativo apenas o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), sem encaminhar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sob o argumento de que as metas e prioridades já estavam suficientemente indicadas no Plano Plurianual (PPA) aprovado em 2024 para o quadriênio 2025–2028. O projeto de LOA, por sua vez, trouxe previsão de despesas sem vinculação a programas finalísticos do PPA, além de renúncias fiscais não acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário.

À luz do regime constitucional das leis orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) O envio da LOA, mesmo sem a LDO, é válido, desde que respeitado o conteúdo programático do PPA.
- (B) A LDO é peça orçamentária facultativa, e sua ausência pode ser suprida por decreto do Executivo.
- (C) A LOA deve ser compatível com o PPA e ser precedida pela LDO, que é instrumento obrigatório de conexão entre planejamento e orçamento.
- (D) O PPA, por conter metas de médio prazo, dispensa a elaboração anual da LOA, que pode ser substituída por créditos suplementares.
- (E) A ausência de estimativa de renúncia fiscal não compromete a legalidade da LOA, desde que se mantenha o equilíbrio orçamentário global.

72

Durante a análise da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021, foi observado que parte significativa das dotações aprovadas estava sendo executada por meio de indicações genéricas vinculadas ao relator-geral do orçamento, medida conhecida como “emendas de relator”.

Tais indicações, classificadas sob a rubrica RP 9, não traziam identificação dos parlamentares autores das demandas, tampouco critérios técnicos de alocação dos recursos.

À luz da jurisprudência do STF e dos princípios constitucionais aplicáveis ao orçamento público, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sistemática das “emendas do relator” é inconstitucional por violar os princípios da publicidade, impessoalidade e do planejamento orçamentário.
- (B) A execução de “emendas de relator” pode ocorrer validamente desde que haja aprovação da Comissão Mista de Orçamento e previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) A utilização das “emendas do relator” é inconstitucional, pois a Constituição veda que parlamentares proponham alterações no orçamento após a sanção da Lei Orçamentária Anual.
- (D) A destinação de recursos por meio de emendas RP 9 é compatível com o regime orçamentário, desde que atenda aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) As “emendas do relator” são válidas, desde que destinadas exclusivamente a despesas discricionárias e não obrigatórias, preservando a separação entre as emendas individuais e coletivas.

73

Durante o segundo semestre de 2022, último ano do mandato do Governador do Estado Z, a Secretaria de Infraestrutura firmou diversos contratos administrativos para a construção de centros comunitários e praças em bairros carentes. Os contratos previam desembolsos financeiros em novembro e dezembro de 2022, bem como em janeiro e fevereiro de 2023. Verificou-se, no entanto, que não havia disponibilidade financeira suficiente para a cobertura integral das despesas previstas até o fim do exercício de 2022.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 e dos princípios constitucionais que regem a gestão fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A celebração de contratos com obrigações financeiras para o exercício seguinte é permitida, desde que os pagamentos sejam inscritos em restos a pagar não processados.
- (B) A inexistência de dotação orçamentária é a única causa de irregularidade nas contratações realizadas no último ano de mandato.
- (C) A Lei de Responsabilidade Fiscal admite a assunção de despesas para exercício futuro, desde que prevista no plano plurianual ou na LDO.
- (D) A assunção de obrigações financeiras nos dois últimos quadrimestres do mandato é vedada, salvo se houver disponibilidade de caixa suficiente para o pagamento integral no exercício.
- (E) A celebração dos contratos é válida, pois a responsabilidade recairá sobre o sucessor apenas caso ele não realize os pagamentos previstos.

74

Durante auditoria nas contas no Estado X, relativa ao exercício de 2024, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) constatou que o Poder Executivo havia aberto diversos créditos suplementares, com base em suposto superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. No entanto, verificou-se que parte dos recursos utilizados como justificativa para a abertura dos créditos estava vinculada a receitas de tributos legalmente destinadas a fundos específicos, além de haver saldos de dotações ainda empenhadas no exercício anterior. O TCE apontou indícios de inconstitucionalidade na prática adotada pelo Executivo.

À luz da Constituição Federal, das demais normas aplicáveis e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A abertura de créditos suplementares é válida, desde que o recurso provenha de excesso de arrecadação, independentemente da apuração contábil do exercício anterior.
- (B) O superávit financeiro pode ser utilizado para abertura de créditos adicionais, desde que não esteja comprometido com obrigações empenhadas nem vinculado a destinações específicas.
- (C) A apuração de superávit financeiro deve considerar apenas o saldo das receitas arrecadadas, não sendo relevante o passivo financeiro existente no encerramento do exercício.
- (D) O uso do superávit para abertura de créditos especiais independe de autorização legislativa, quando o montante estiver formalmente incorporado à conta única do Tesouro.
- (E) O princípio da legalidade orçamentária autoriza que o superávit financeiro de um fundo seja reprogramado para outro fundo ou órgão, desde que dentro do mesmo Poder.

Direito Tributário

75

Durante o estado de calamidade pública reconhecido nacionalmente em razão da pandemia da COVID-19, o Município localizado no Estado de Pernambuco editou lei prevendo a redução temporária da alíquota de ISSQN para empresas do setor hoteleiro, fortemente afetado pela crise. Posteriormente, ao analisar a legalidade do ato, o Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE/PE) examinou se a medida caracterizaria renúncia de receita incompatível com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), especialmente quanto à ausência de estimativa de impacto financeiro e medidas de compensação.

À luz do entendimento do TCE/PE e da jurisprudência correlata, assinale a afirmativa correta.

- (A) A medida é inconstitucional, por afrontar o princípio da isonomia tributária, visto que não estendia o benefício a todos os setores econômicos afetados.
- (B) A concessão do benefício é legítima, desde que prevista em contrato de concessão anterior à pandemia, dispensando lei específica ou nexo com a calamidade.
- (C) Admite-se, durante o estado pandêmico, a redução de alíquota, desde que atendidos os requisitos de publicidade e motivação, com lei específica e com nexo causal com o combate aos efeitos da pandemia.
- (D) Qualquer isenção, mesmo que temporária, exige demonstração de impacto orçamentário e medidas de compensação, mesmo em estado de calamidade pública.
- (E) As renúncias fiscais em tempos de calamidade são dispensadas de qualquer controle ou motivação, dada a urgência das medidas emergenciais.

76

Durante o ajuizamento de uma execução fiscal, o Município X reuniu em uma única Certidão de Dívida Ativa (CDA) diversos débitos relativos ao mesmo tributo (IPTU), mas referentes a exercícios distintos. Foram opostos embargos à execução pelo contribuinte que foram acolhidos. A sentença julgou extinto o processo com resolução do mérito, em razão da ocorrência da prescrição.

O Município interpôs apelação que não foi conhecida sob o entendimento de que o recurso não seria cabível, porquanto, embora o montante total executado superasse o valor de alçada, dever-se-ia considerar, para efeito de recorribilidade, cada crédito tributário perseguido pela fazenda municipal, isto é, individualmente.

Com base na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) O acórdão que deixou de conhecer a apelação está correto, pois o valor da alçada deve ser verificado individualmente por exercício fiscal, mesmo que haja apenas uma CDA.
- (B) A execução deveria ter sido extinta sob o fundamento que a reunião de débitos de exercícios distintos em uma única CDA constitui vício formal que impede a formação válida do título executivo.
- (C) A sentença não é recorrível, pois o valor de cada crédito isoladamente é inferior ao limite de alçada, ainda que o montante total ultrapasse esse patamar.
- (D) Está correta a decisão que não conheceu a apelação, visto que os únicos recursos cabíveis, quando o valor individual de cada crédito não ultrapassa o valor de alçada, são os embargos infringentes e os de declaração.
- (E) O recurso de apelação deveria ter sido conhecido, pois o valor global da CDA deve ser considerado para fins de alçada, sendo incabível a cisão do título para restringir a recorribilidade.

77

O prefeito do Município X, localizado no Estado de Pernambuco, ao final do exercício financeiro, deixou de adotar medidas para cobrar diversos créditos tributários inscritos em dívida ativa, permitindo que débitos fiscais elevados não fossem arrecadados. Além disso, alegando dificuldades econômicas na região, o gestor também concedeu, por decreto municipal, uma redução de 50% na alíquota do ISSQN apenas para empresas de um determinado setor industrial, como forma de incentivo fiscal.

Posteriormente, em auditoria das contas anuais do município, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE) identificou essas condutas.

Com base na jurisprudência consolidada do TCE/PE e nas normas de Direito Financeiro e Tributário, assinale a afirmativa que apresenta a análise correta dessas situações.

- (A) O TCE/PE não tem competência para questionar políticas municipais de arrecadação tributária, limitando-se a fiscalizar despesas.
- (B) A omissão na cobrança de tributos não caracteriza renúncia de receita, pois os créditos tributários permanecem inscritos em dívida ativa até eventual prescrição.
- (C) A conduta do prefeito configura renúncia irregular de receita pública, tanto pela falta de cobrança da dívida ativa, quanto pela concessão de vantagem tributária sem previsão em lei específica.
- (D) É legítimo que o prefeito reduza unilateralmente a alíquota de um tributo em favor de determinado setor econômico para estimular a economia local, mesmo sem lei autorizativa, por se tratar de medida de interesse público.
- (E) As condutas do prefeito seriam aceitáveis desde que o município cumprisse as metas fiscais do ano, devendo a queda de arrecadação ser compensada por outras fontes de receita ou por superávit em arrecadações de outros tributos.

78

O Município X propôs execução fiscal para cobrança de IPTU de imóvel situado no centro da cidade, com base em certidão de dívida ativa regularmente inscrita em nome do antigo proprietário. Antes da sentença nos embargos à execução, verificou-se que o imóvel já havia sido transferido a um novo adquirente por meio de escritura pública lavrada antes da inscrição em dívida ativa, embora ainda não houvesse averbação no registro imobiliário.

A Fazenda Municipal pretende substituir a Certidão de Dívida Ativa (CDA) para incluir o novo proprietário como sujeito passivo da execução fiscal, sem promover novo lançamento.

À luz da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A substituição da CDA é possível até o trânsito em julgado da execução fiscal, independentemente do fundamento da alteração.
- (B) A Fazenda pode corrigir a CDA para incluir novo responsável tributário, desde que não altere a base de cálculo ou o valor inscrito.
- (C) A substituição da CDA para modificar o sujeito passivo da execução fiscal é vedada, mesmo antes da sentença, salvo nos casos de erro formal evidente.
- (D) A alteração do sujeito passivo na CDA é válida se realizada antes da citação do devedor originário, não sendo necessário novo lançamento tributário.
- (E) O novo proprietário pode ser incluído na CDA desde que conste como compromissário comprador em instrumento particular firmado antes do lançamento.

Direito Eleitoral

79

Inácio, Prefeito do Município *Beta*, localizado no Estado *Alfa* e pré-candidato à reeleição, apresentou, no último ano do seu mandato, contas relacionadas aos atos de ordenação de despesas que praticara no exercício financeiro imediatamente anterior. Ao analisar essas contas, o Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA) concluiu, no mesmo ano, antes das eleições, pela existência de malversação de recursos públicos, à qual Inácio deu causa.

Na situação descrita, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) Inácio está inelegível para as eleições a serem realizadas no último ano do seu mandato.
- (B) o TCEA julgou as contas de Inácio, que ficará inelegível caso a decisão não seja desconstituída pela Câmara Municipal de *Beta*.
- (C) Inácio somente deve ser considerado inelegível caso a decisão do TCEA que julgou suas contas conclua pela prática de infração penal.
- (D) o TCEA se limita a exarar parecer, não a aplicar sanções, sendo que o parecer somente não irá prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal de *Beta*.
- (E) o TCEA pode imputar débito e aplicar sanções administrativas a Inácio, cabendo à Câmara Municipal de *Beta* apreciar o caso para fins de incidência, ou não, da causa de inelegibilidade.

80

Maria, ordenadora de despesa na autarquia municipal *Delta*, que presta serviço público em sentido estrito, apresentou suas contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA). Após pronunciamento do corpo técnico, o TCEA concluiu em decisão irrecorrível, por unanimidade, pela sua rejeição, o que deixou Maria muito preocupada, considerando o seu interesse em concorrer para o cargo eletivo de Deputada Estadual pelo Partido Político *Sigma*, ao qual se filiara há 6 (seis) meses. Por tal razão, impugnou essa decisão perante o Poder Judiciário.

Ao consultar um especialista na matéria, foi corretamente esclarecido a Maria que:

- (A) a rejeição das contas, por si só, indica que ela está inelegível para concorrer às eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, a contar da data da decisão do TCEA.
- (B) ela somente é considerada inelegível caso tenha sido reconhecida a existência de irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa.
- (C) como ela não desempenhou funções afetas a mandato eletivo, a inelegibilidade será contada pela metade, podendo ser afastada caso a decisão do TCEA seja suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário.
- (D) ela somente é considerada inelegível caso tenha sido reconhecida a prática de ato doloso de improbidade administrativa, que configure lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.
- (E) ela ficará inelegível para concorrer às eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, a contar do trânsito em julgado da decisão judicial proferida em processo instaurado para impugnar a decisão do TCEA.

Questão Discursiva (Julgamento)

1

Justiça concede liminar para reduzir R\$ 28 milhões por ano no contrato de ônibus em Limeira

“A Prefeitura de Limeira obteve, nesta quarta-feira (5), uma decisão liminar da Vara da Fazenda Pública que autoriza a redução dos repasses de subsídios à empresa responsável pelo transporte coletivo do município. Enquanto estiver em vigor, a determinação deve gerar uma economia média de R\$ 2,4 milhões por mês, ou R\$ 28 milhões por ano, aos cofres públicos.

Na decisão, a Justiça acolheu os argumentos da atual administração, que contestava o reajuste de 18,3% concedido à empresa em 4 de maio de 2023. Segundo a ação, o aumento foi calculado com índices incorretos. Na análise do caso, o juiz destacou que o reajuste aprovado pelo município considerou uma variação anual de 45,49% no preço do óleo diesel, enquanto o aumento real foi de 22%, questão que já havia sido apontada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP). Com a liminar, o reajuste aplicado passa de 18,3% para 12,84%.

Além de permitir a redução do reajuste, o magistrado determinou o envio do caso ao TCE-SP, uma vez que os valores dos combustíveis utilizados na concorrência pública apresentaram discrepâncias em relação à realidade do mercado.”

Fonte: <https://limeira.sp.gov.br/imprensa/noticias/geral/justica-concede-liminar-para-reduzir-r-28-milhoes-por-ano-no-contrato-de-onibus-em-limeira>

A respeito do tema, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes pontos:

- a) Explique os requisitos legais para a concessão de tutela provisória de urgência;
- b) Analise a possibilidade de formação de coisa julgada material sobre deliberação de Tribunal de Contas e o controle judicial de seu conteúdo;
- c) Avalie a viabilidade da utilização da ação civil pública como mecanismo de tutela do patrimônio público.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

